

A SODOMIA FEMININA NO BRASIL: O VISITADOR INQUISITORIAL E A INSPEÇÃO DOS DESVIOS COLONIAIS.

Dilamina Barbosa Santos, Ana Raquel Marques da Cunha Martins Portugal. -História- História- Departamento de História- Faculdade de Direito, História e Serviço Social- Campus de Franca.

D. José III sobe ao trono português em 1521 e a *Cum ad nihil magis* foi a primeira bula a instituir a Inquisição em Portugal que acabou por estabelecer -se em 1536, sob o pontificado de Paulo III. Foram instalados tribunais do Santo Ofício em Lisboa, Évora e Coimbra. Seu principal propósito era perseguir os cristãos-novos descendentes de judeus obrigados à conversão ao catolicismo no reinado de D. Manoel em 1497¹.

Com o Concílio de Trento, marco institucionalizador da Contra-Reforma católica, os inquisidores trariam para o seu foro delitos sexuais como a sodomia, bigamia, bestialidade e outros contatos sexuais assimilados a heresias, atos até então adstritos à justiça secular².

Não tardou muito para que Portugal estendesse braços da Inquisição para seus domínios além mar. Foi instalado um Tribunal em Goa, na Índia em 1569. Em 1591, também parte para a ilha dos Açores e Madeira o visitador Jerônimo Teixeira e em 1596 o padre Jorge Pereira é nomeado visitador de Angola.

Na colônia brasileira não foram instalados Tribunais do Santo Ofício; porém não ficaria fora da vigilância da Igreja.

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil o ideal evangelizador imposto pela Igreja tornou-se parte do projeto colonizador português e os jesuítas foram os primeiros encarregados de exercer essa tarefa de catequização do Novo Mundo.

Na falta de tribunais do Santo Ofício no Brasil, eram os bispos que atuavam juntamente com os familiares, limpos de sangue, ou seja, não descendentes de judeus, como “braço da Inquisição”. Antes das visitas, somente alguns casos singulares de prisões e processos instruídos no tempo em que o poder inquisitorial competia ao bispo eram remetidos ao Tribunal de Lisboa³. Em 1591, o Santo Ofício lisboeta, ao qual o Brasil era subordinado, enviaria seus próprios representantes para inspecionar e punir os desvios na colônia.

Heitor Furtado de Mendonça era deputado do Santo Ofício. Chegou ao Brasil juntamente com o governador D. Francisco de Sousa em 9 de junho de 1591. Nomeado visitador pelo inquisidor geral cardeal Alberto, Heitor Furtado de Mendonça estava encarregado de visitar também Cabo Verde e São Thomé.

Foi no nordeste açucareiro que se concentrou a ação da primeira visita inquisitorial no Brasil. Na Bahia de Todos os Santos, Heitor publicou suas patentes em 28 de julho de 1591 concedendo 30 dias de graça para as cidades e redondeza. Terminando seus trabalhos na Bahia de Todos os Santos, partiu para o Recôncavo baiano em 12 de janeiro de 1592 concedendo outros 30 dias para os moradores dessa área que se esgotaram em 11 de fevereiro de 1592⁴. Entre setembro de 1593 e fevereiro de 1595 visitou Pernambuco, Itamaracá e Paraíba e continuou em Olinda até fins de junho de 1595.

A visita exigia apenas três pessoas: visitador, notário e meirinho que antes de seus trabalhos deviam prestar seus juramentos. Foi nomeado, Francisco de Gouvêa, meirinho e Manoel Francisco, notário. Porém, em várias sessões de interrogatório estiveram presentes o bispo Antônio Barreiros, o provincial dos jesuítas, padre Marçal Beliarte e o reitor do colégio inaciano da Bahia, padre Fernão Cardim [...] ⁵.

¹ Bolsa: PAE

VAINFAS, Ronaldo (org). **Confissões da Bahia**: santo ofício da inquisição de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.6.

² Idem, p.11.

³ Idem, p.7.

⁴ Primeira visita do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça _ Confissões da Bahia _ 1591-1592. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1935, p.5

⁵ VAINFAS, Ronaldo (org). **Confissões da Bahia**. Op.Cit., p.18

Para pautar suas ações o visitador dispunha do monitório de 1536, formulado por D. Diogo da Silva, inquisidor mor, e do Regimento de 1552, promulgado pelo cardeal infante D. Henrique, inquisidor geral⁶.

O regimento de D. Henrique de 1552 estabelecia dias de graça em que os confidentes revelassem espontaneamente suas culpas e convencessem o inquisidor de seu arrependimento, assim eram reconciliados à fé e preservavam seus bens.

Pela publicação dos Éditos da fé as pessoas eram convocadas a delatar e confessar suas culpas. O monitório informava a matéria que deveria ser da alçada da visitação e alguns detalhes sobre aquilo que se poderia considerar heresia.

Da primeira visitação inquisitorial ao Brasil resultaram quatro livros de denúncias, três de confissões e dois de ratificações, todos eles depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa dos quais somente quatro foram encontrados e publicados no passado. Dois são constituídos por confissões; um da Bahia e outro de Pernambuco enquanto os outros dois são de denúncias; também da Bahia e Pernambuco⁷.

Essas fontes produzidas durante as visitas realizadas pelo Santo Ofício no Brasil, têm constituído rico manancial documentário para pesquisas históricas em diferentes aspectos. Fazemos uso das mesmas em nossa pesquisa que tem por objeto a sexualidade no Brasil nos primeiros séculos de colonização portuguesa. Enfocamos a sodomia feminina e a perseguição que sofrera pela Inquisição. Pretendemos, através desse estudo, alcançar como se dava o papel da mulher e o imaginário acerca de sua sexualidade no Brasil colonial. Visamos estabelecer um resgate histórico para perceber como se dava a compreensão da sexualidade da mulher pela sociedade e principalmente pela Igreja da época.

A sodomia, assim como outros delitos de caráter sexual, passa ao foro inquisitorial em 1553. Entendido como pecado nefando, sensual, tem esse nome da palavra Sodoma, cidade antiga da Palestina cujos habitantes o praticavam.⁸. Acredita-se que o termo sodomia era bastante confuso e que teve grande transitoriedade de significados ao longo dos tempos, porém a mais influente definição de sodomia foi a de Santo Tomás de Aquino construída pela Escolástica onde representaria “a união sexual de homem com homem e de mulher com mulher, sendo que o coito anal entre machos seria a sodomia perfeita”.

As relações sexuais femininas seriam menos visíveis que as masculinas e isso justificaria o fato de poucos casos serem de conhecimento dos historiadores além da pouca atenção dada à sodomia *foeminarum*⁹ por parte da justiça¹⁰.

As fontes possibilitam um estudo do nordeste brasileiro principalmente Bahia e Pernambuco onde houveram 29 indiciadas pela primeira Visitação. Nas visitas decorrentes não se constatou mais nenhuma acusação por sodomia exclusivamente feminina. Isso nos leva a um estudo de apenas um grupo social determinado.

Segundo Judith Brown, poucos são os processos movidos contra sodomia feminina e as punições aos “atos lésbicos” tendem a ser mais brandos que o homossexualismo masculino e o coito anal heterossexual isso porque a sociedade é abordada numa visão falocêntrica, onde as relações sexuais entre mulheres eram ignoradas, como se tais não existissem.¹¹

O corpo feminino não seria conhecido em suas especificidades fisiológicas. Crê-se que os clérigos fariam “vista grossa” às relações femininas imbuídos por uma visão misógina e falocêntrica:

O que certamente houve é que esses atos e suas protagonistas foram enquadrados e julgados segundo critérios inadequados e obscuros. Naquela época o modo como eram considerados a mulher,

⁶ Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça _ Confissões da Bahia _1591-1592.Op. Cit., p.18.

⁷ VAINFAS, Ronaldo(org).**Confissões da Bahia**. Op.Cit., p.11

⁸ ALMEIDA, Cândido Mendes. Código Philipino. Typografia do Instituto Philomantico, 14ª edição, Rio de Janeiro, V.1, 1870, p. 1162.

⁹ Disposição em latim escolástico para designar as relações sexuais entre mulheres.

¹⁰ VAINFAS, Ronaldo.Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Câmpus, 1989, p.157.

¹¹ BROWN, Judith C. **Atos impuros**: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença. São Paulo: Brasiliense, 1987.

seu corpo e sua sexualidade é que poderia mais propriamente ser designado como prodígio e contradição.¹²

Alguns autores acreditam que o anseio de satisfazer os impulsos sexuais da puberdade e o desejo de permanecerem virgens para casamento motivaram essas mulheres a práticas sodomíticas¹³. Haveria também uma maior visibilidade das mulheres das camadas mais altas da população e que, por isso, constituíram maioria das indiciacões por sodomia e outros desvios.

O conceito de sodomia sempre esteve ligado a penetração anal conhecido como sodomia perfeita e, por isso, tornava-se difícil caracterizar a sodomia entre mulheres uma vez que eram “desprovidas de um falo”.

O uso de objetos penetrantes nas relações sodomíticas femininas não nos pareceu ser, no Brasil, fator agravante das penas como sugere as leis que vigoravam na época.

As dúvidas e dilemas inquisitoriais no julgamento do crime de sodomia marcaram desde o princípio a ação do Tribunal nos processos. Persistiam dúvidas sobre como definir e conceber o pecado de sodomia, se a sodomia perfeita poderia ou não ser cometida por mulheres.

Essas dúvidas mostram como as visões falocêntrica e misógina da época levavam a uma ignorância ou vista grossa acerca das relações homo-afetivas entre mulheres. A sexualidade feminina foi vista apenas num “modelo homem- mulher”.

Não é demais lembrar que Heitor Mendonça recebera instruções do cardeal Alberto [inquisidor geral] que instruisse os pecados cabíveis, remetendo os suspeitos para Lisboa, e só despachando os casos mais simples¹⁴. Enviou a ferros para Lisboa réus com processos mal instruídos; absolveu indivíduos com grave presunção de culpa, segundo os inquisidores de Lisboa; sentenciou gente que o Conselho considerava inocente, embora não tenha condenado ninguém à fogueira de *motu proprio*¹⁵.

A Inquisição portuguesa em 1646 acabaria retirando de sua alçada a sodomia *foeminarum*¹⁶ em vista de tantas dúvidas que pairavam acerca desse ato, relegando-o ao campo das molícies e o visitador Heitor Furtado de Mendonça acabaria recambiado para o reino pelas despesas que fez além dos recursos de que dispunha, sem visitar as capitâncias do sul e o bispado de São Tomé e Cabo Verde, conforme o previsto em 1591.¹⁷

¹² BELLINI, Lúcia. **A coisa obscura**: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.92.

¹³ VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: PRIORE, Mary Del (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000, p.126.

¹⁴ VAINFAS, Ronaldo (org). **Confissões da Bahia**. Op.Cit., p.27

¹⁵ Idem, p.28, (grifo do autor)

¹⁶ VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. Op. Cit. 139

¹⁷ VAINFAS, Ronaldo (org). **Confissões da Bahia**. Op.Cit., p.29.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Cândido Mendes. **Código Philipino**. Typografia do Instituto Philomantico, 14ª edição, Rio de Janeiro, V.1, 1870.
- BELLINI, Lígia. **A coisa obscura**: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BROWN, Judith C. **Atos impuros**: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça__ Confissões da Bahia__ 1591- 1592. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1935.
- PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo (org). **Confissões da Bahia**: santo ofício da inquisição de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.